



Faculdade de Ciências Humanas de Pernambuco

CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

(Reconhecido p/ Portaria nº 267 de 3.04.2017 - D.O.U. de 04.04.2017)

CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

(Reconhecido p/ Portaria nº 312 de 02.08.2011 – D.O.U. de 04.08.2011)

CURSO DE DIREITO

(Reconhecido p/ Portaria nº 267 de 3.04.2017 – D.O.U. de 04.04.2017)

CURSO DE DIREITO PROGRAMA DE DISCIPLINA - 5º ANO

DISCIPLINA: DIREITO EMPRESARIAL

CARGA HORÁRIA: 60 horas/aula

TIPO DA DISCIPLINA: Obrigatória

ANO DE APLICAÇÃO: 2018

EMENTA

Novas estratégias mercantis, com os novos elementos caracterizadores de suas atividades os problemas vividos pelo mercado e pelos empresários para cumprir adequadamente sua função social, verificando a proteção as micro e pequenas empresas; o Novo Código de Processo Civil e suas consequências para a atividade de empresa; instrumentos alternativos de resolução de conflitos empresariais; conciliação; negociação; mediação; arbitragem; o Direito Empresarial voltado para o planejamento estratégico da empresa; proteção aos ativos intangíveis; planejamento tributário; proteção ao ponto comercial; administração e empreendimento; responsabilidade civil e penal do administrador; análise das demonstrações contábeis empresariais; interpretação e análise dos contratos empresariais. Direito Empresarial Brasileiro e o Direito Empresarial Internacional.

1. OBJETIVOS

- 1.1. Estabelecer a contextualização do Direito Empresarial dentro das perspectivas sociais e econômicas contemporâneas, dando ênfase aos aspectos protetivos da micro e pequena empresa;
- 1.2. Verificar as novas estratégias mercantis com seus elementos caracterizadores;
- 1.3. Analisar a importância dos princípios gerais e fundamentais que orientam o Direito Empresarial e instrumentos que dão suporte à atividade empresarial;
- 1.4. Aprender a legislação concernente às empresas no nível federal, estadual e municipal;
- 1.5. Observar a concepção pós-moderna das empresas e proteção dos seus principais ativos intangíveis, a exemplo das marcas, patentes, *software*, know-how e ponto comercial das franquias e *shopping centers*;
- 1.6. Verificar a estrutura legal e administrativa das empresas, seus planos de contas, demonstrativos de resultados, balanço patrimonial;
- 1.7. Analisar as possibilidades de revisão contratual e nulidade nos contratos empresariais;
- 1.8. Verificar aspectos importantes para o planejamento tributário empresarial;
- 1.9. Aprender os instrumentos alternativos de resolução de conflitos empresariais, com ênfase na Negociação, Mediação, Conciliação e Arbitragem;

Faculdade de Ciências Humanas de Pernambuco

CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

(Reconhecido p/ Portaria nº. 267 de 3.04.2017 - D.O.U. de 04.04.2017)

CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

(Reconhecido p/ Portaria nº 312 de 02.08.2011 – D.O.U. de 04.08.2011)

CURSO DE DIREITO

(Reconhecido p/ Portaria nº 267 de 3.04.2017 – D.O.U. de 04.04.2017)

2.0. Constatar o estágio que se encontra o Direito Empresarial Brasileiro em comparação ao Direito Empresarial Comparado e o Direito Empresarial Internacional.

2. CONTEÚDOS

2.1. Princípio da Função Social e Preservação da Empresa, e seus impactos para do Direito Empresarial;

2.2. Microsistema de proteção às micro e pequenas empresas e os avanços legais;

2.3. O fenômeno do empreendedorismo e o Direito Empresarial;

2.4. Mudanças procedimentais para o Direito Empresarial com advento do Novo CPC, a Lei de Mediação e a alteração da Lei de Arbitragem.

2.5. Teoria Geral do Conflito

2.5.1. Conceito de conflito

2.5.2. Concepções sobre o conflito

2.5.3. Tipos de conflitos

2.5.4. Peculiaridade dos conflitos e a necessidade de solução adequadas para eles.

2.5.5. A resolução do conflito vs. a transformação do conflito

2.6. Fórmulas autocompositivas e heterocompositivas de resolução de conflitos

2.6.1. Características desejáveis em um bom método autocompositivo de resolução de conflitos

2.6.2. A integração os sistemas de solução de conflitos - o sistema multiportas e a cláusula escalonada.

2.7. Mediação

2.7.1. Características e objetivo

2.7.2. Mediação como resolução do conflito vs. Mediação como transformação do conflito

2.7.3. Mediação como processo de assistência ao procedimento decisório das partes e as boas técnicas de condução dos processos autocompositivos

2.7.4. Requisitos para participar da mediação

2.7.5. O mediador

2.7.6. Etapas da mediação:

2.7.7. A mediação obrigatória, no Novo CPC: a “judicialização” da mediação

2.8. Arbitragem

2.8.1. Origem e expansão europeia

2.8.2. Cronologia brasileira

2.8.3. A Lei Federal no 9.307 de 23.09.1996 – a Lei de Arbitragem

2.8.4. O exame da constitucionalidade da Lei de Arbitragem ainda na *vacatio legis* e no STF

2.8.5. As leis pós-Lei de Arbitragem

2.8.6. Conceito e natureza jurídica

2.8.7. Características

2.8.8. A sede da arbitragem

Faculdade de Ciências Humanas de Pernambuco

CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

(Reconhecido p/ Portaria nº 267 de 3.04.2017 - D.O.U. de 04.04.2017)

CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

(Reconhecido p/ Portaria nº 312 de 02.08.2011 – D.O.U. de 04.08.2011)

CURSO DE DIREITO

(Reconhecido p/ Portaria nº 267 de 3.04.2017 – D.O.U. de 04.04.2017)

- 2.8.9. A arbitrabilidade subjetiva
- 2.8.10. A arbitrabilidade objetiva
 - 2.8.10.1. Os critérios para aferição da matéria arbitrável
 - 2.8.10.2. Arbitrabilidade de direitos indisponíveis
 - 2.8.10.3. A arbitrabilidade das relações trabalhistas e a tutela dos direitos do trabalhador
 - 2.8.10.4. A arbitrabilidade das relações de consumo
 - 2.8.10.5. A arbitrabilidade das relações societárias
 - 2.8.10.6. A arbitrabilidade da insolvência empresarial
 - 2.8.10.7. A arbitrabilidade do dano ambiental – cláusula compromissória em termos de ajustamento de conduta
 - 2.8.10.8. A arbitrabilidade da relação tributária
 - 2.8.10.9. A arbitrabilidade da propriedade intelectual
 - 2.8.10.10. A arbitrabilidade do direito concorrencial
 - 2.8.10.11. A arbitrabilidade das demandas de direito público
- 2.8.11. A convenção de arbitragem
- 2.8.12. A cláusula compromissória.
 - 2.8.12.1. A autonomia da cláusula compromissória em relação ao contrato
 - 2.8.12.1. Cláusula compromissória nos contratos de adesão
- 2.8.13. O compromisso arbitral
- 2.8.14. Árbitros
 - 2.8.14.1. A confiança das partes (de todas elas) e sua tutela
 - 2.8.14.2. Impedimentos (artigos 134 e 135 do CPC)
 - 2.8.14.3. Deveres
- 2.8.15. Tribunal arbitral
- 2.8.16. Instauração da arbitragem
 - 2.8.16.1. O momento da instauração da arbitragem
 - 2.8.16.2. Tutela de urgência em momento pré-arbitral
 - 2.8.16.3. As medidas antiarbitragem no direito brasileiro
 - 2.8.16.4. As medidas para preservação da arbitragem
- 2.8.17. Procedimento arbitral
 - 2.8.17.1. A revelia no processo arbitral (art. 22, §3º, da Lei de Arbitragem)
 - 2.8.17.2. As garantias fundamentais do processo arbitral
 - 2.8.17.3. Intervenção de terceiros na arbitragem
 - 2.8.17.4. A reunião de distintos processos arbitrais por conexão
 - 2.8.17.5. Tutela de urgência na arbitragem
 - 2.8.17.6. Questões prejudiciais na arbitragem
 - 2.8.17.7. Instrução probatória na arbitragem
 - 2.8.17.8. Sentença arbitral (art. 29 da Lei de Arbitragem)
 - 2.8.17.9. Petição de esclarecimentos da sentença arbitral (art. 30 da Lei de

Faculdade de Ciências Humanas de Pernambuco

CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

(Reconhecido p/ Portaria nº. 267 de 3.04.2017 - D.O.U. de 04.04.2017)

CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

(Reconhecido p/ Portaria nº 312 de 02.08.2011 – D.O.U. de 04.08.2011)

CURSO DE DIREITO

(Reconhecido p/ Portaria nº 267 de 3.04.2017 – D.O.U. de 04.04.2017)

Arbitragem)

2.8.17.10. Anulabilidade da sentença arbitral

2.8.17.11. A homologação de sentença arbitral estrangeira

2.8.17.12. A arbitragem internacional

2.9. Micro e pequena empresa

2.9.1. Tratamento especial;

2.9.2. Desenquadramento e reenquadramento;

2.9.3. Benefícios dos regimes especiais.

2.10. Nome empresarial

2.10.1. Nome;

2.10.2. Nome empresarial;

2.10.3. Natureza jurídica;

2.10.4. Proteção ao nome empresarial;

2.10.5. Nome, marca e título de estabelecimento;

2.11. Expressão contábil da empresa;

2.11.1. Princípios aplicáveis à escrituração;

2.11.1. Valor probante da escrituração empresarial;

2.11.2. Estrutura contábil

2.11.3. Resultado econômico da empresa;

2.11.4. Demonstração de resultado do Exercício (DRE);

2.11.5. Demonstração de lucros e prejuízos acumulados (DLPA);

2.11.6. Demonstração das mutações do patrimônio líquido (DMPL);

2.11.7. Demonstração das origens e aplicações dos recursos (DOAR);

2.12. Estabelecimento

2.13. Aviamento;

2.14. Trespasse (contrato, crédito, restabelecimento e nome);

2.15. Tecnologia

2.16. Marca

2.16.1. Marcas registráveis e não registráveis;

2.16.2. Relação entre marca e nome comercial;

2.16.3. Direitos sobre a marca;

2.17. Ponto empresarial;

2.17.1. Ação renovatória e respectiva legitimidade para a proposição;

2.17.2. Contestação da ação renovatória com exceção de retomada;

2.17.3. Improcedência da renovação.

2.18. *Shopping centers*

2.18.1. Sujeitos da relação nos *shopping centers*;

2.18.2. Locação em *shopping centers*;

2.19. Franquias

2.19.1. Origem e conceito de franquias e a Lei 8.955/94;

2.19.2. Circular de oferta de franquias;

2.19.3. Contrato de franquias.



Faculdade de Ciências Humanas de Pernambuco

CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

(Reconhecido p/ Portaria nº 267 de 3.04.2017 - D.O.U. de 04.04.2017)

CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

(Reconhecido p/ Portaria nº 312 de 02.08.2011 – D.O.U. de 04.08.2011)

CURSO DE DIREITO

(Reconhecido p/ Portaria nº 267 de 3.04.2017 – D.O.U. de 04.04.2017)

3. METODOLOGIA

O conteúdo será realizado através de Aulas Expositivas e Estudos de Casos.

4. RECURSOS

Será utilizado como apoio à ação pedagógica o uso de Projetor Multimídia.

5. AVALIAÇÃO

O sistema de avaliação será através de provas escritas.

6. BIBLIOGRAFIA

6.1 BIBLIOGRAFIA BÁSICA

COELHO, F. U. *Curso de direito comercial*. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2014. V. 1.
MARTINS, F. *Curso de direito comercial*. 39. ed. Rio de Janeiro, Forense, 2016.
NEGRÃO, R. *Manual de direito comercial e de empresa*. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2015 V.1..

6.2 COMPLEMENTAR

REQUIÃO, R. *Curso de direito comercial*. São Paulo: Saraiva, 2014. V. 1.
TOMAZETTE, M. *Curso de direito empresarial*. São Paulo: Atlas, 2013. V.1.
VENOSA, S. S. *Direito civil: direito empresarial*. 2.ed São Paulo: Atlas, 2010.